Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

ATA

Ata de reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do TJMMG

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS
Portaria n. 1.445, de 10 de maio de 2022

Data: 16/01/2023 – 14h00 às 16h00

Modalidade: presencial

Local/Plataforma: Sala de reuniões do 6º andar

==========

PARTICIPANTES

Presidente:

Desembargador Fernando Armando Ribeiro

Membros:

Cláudio Márcio Soares de Figueiredo
Ivana Esperança de Castro Barros
Lisiane Carvalho Nepomuceno
Maximiniano Félix Lopes
Mônica Faria Campos Guimarães
Nara da Silva Carvalho

Convidados(as):

Luanda Genevieve Fróes, coordenadora da Escola Judicial Militar (EJM)

Tatiana Reis Teixeira, chefe do Serviço de Comunicação Institucional (Secom)

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reunião do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, estiveram reunidos os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG), presidida pelo Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e composta pelos servidores Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Ivana Esperança de Castro Barros, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Maximiniano Félix Lopes, Mônica Faria Campos Guimarães e Nara da Silva Carvalho, todos presentes. Estiveram também presentes como convidadas desta primeira reunião da Comissão em 2023 as servidoras Luanda Genevieve Fróes, coordenadora da Escola Judicial Militar (EJM), e Tatiana Reis Teixeira, chefe do Serviço de Comunicação Institucional (Secom).

Campanhas e capacitações

A reunião teve início com Luanda esclarecendo os fluxos das palestras e outras ações com apoio da Escola, explicando que o correto é enviar primeiro a solicitação para a EJM, que por sua vez vai trabalhar junto com o Secom quando forem palestras, seminários ou outros eventos de capacitação. Informou que neste ano de 2023 a Escola vai trabalhar com uma agenda pré-estabelecida com ações para o ano inteiro e com um orçamento menor, portanto caberia à comissão estabelecer até seis palestras para a “Campanha das Cores”, o que deve ser encaminhado a ela até a primeira semana de fevereiro. Essas informações serão inseridas no Plano de Capacitação da EJM para aprovação do Pleno até 28 de fevereiro.

Esperança aproveitou para esclarecer que o Secom é um departamento executor de ações e não pode ser, no caso das ações de capacitação da comissão, o proponente. Cabe ao Secom viabilizar, entre outras coisas, a estrutura de transmissão virtual ou a organização de evento presencial no auditório; viabilizar o lanche/coffee para o evento; contratação de intérprete de libras ou legenda de acessibilidade.

Cláudio resumiu que o fluxo ficaria, então, da Comissão para a EJM, e da EJM para o Secom.

Luanda ressaltou que tudo o que for feito vai sendo combinado com a Comissão, como a definição de datas e palestrantes, por exemplo, e disse que assim o processo será mais ágil.

Tatiana pediu a palavra e reforçou que, no ano passado, o Secom acabou ficando com a responsabilidade de decidir o que fazer referente às “Campanhas das Cores”, portanto o novo fluxo e o planejamento anual também garantirão que o setor trabalhe de forma mais organizada. Reforçou que a definição dos palestrantes ficará com a Luanda, mas disse que nada impede que o Secom ajude na sugestão dos nomes.

Luanda disse que é importante levar em conta que ações de capacitação não são só palestra, e podem ser feitas outras ações educativas, como oficinas, vídeos (com o suporte do Secom), etc., e que se pode pensar em, a longo prazo, disponibilizar cursos no site da Escola que sejam autoinstrucionais e permanentes.

Dr. Fernando Armando disse que, até o momento, a ideia seria trabalhar com seis ações referentes às "Campanhas das Cores", o curso de sustentabilidade para os participantes da própria comissão, o curso de contratações sustentáveis, que ele classifica como imprescindível.

Luanda informou que, em conversa com a Nara, ficou definido que o curso seria para uma pessoas de cada área demandante, além da capacitação para a coleta de recicláveis nos mesmos moldes da primeira ação que foi feita no ano passado, inclusive trazendo o mesmo palestrante.

Sobre as "Campanhas das Cores", Luanda disse que a Comissão pode ver quais são os mais importantes, como o Outubro Rosa, Setembro Amarelo e Novembro Azul, e deixar as palestras para esses casos. Para os outros temas pode-se ver uma outra forma de ação, como as entregas das fitinhas, bombons, coisas que chamem a atenção. Ela elogiou que, quando foram utilizadas essas alternativas, como servidora achou superinovador.

Para a campanha do "Janeiro Branco", Esperança explicou que ficou decidido pelo Secom dividir mensagens sobre saúde mental em textos distribuídos semanalmente ao longo do mês, com a entrega da fita branca no encerramento.

Sobre as demais campanhas, Nara sugeriu que os meses a receber palestras sejam Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e mais Junho Vermelho, de doação de sangue, Abril Azul, sobre o autismo, e Agosto Lilás, contra a violência doméstica.

Ao final, Nara ficou de disponibilizar a lista das "Campanhas das Cores" para definir as ações que demandarão palestra junto à EJM, e foi aprovado o número de seis ações para serem contempladas com palestras.

Cláudio perguntou se, nesses meses em que não houver palestra, a comissão trabalhará direto com o Secom e a resposta de Tatiana foi que sim, mas Luanda lembrou que vai haver uma mudança e algumas coisas ficarão a cargo da chefia de gabinete. Por isso sugeriu que aguardassem até o final de janeiro para saber como ficarão os fluxos, já que alguns passarão pela chefia de gabinete para dar o aval.

Tatiana sugeriu a exibição de filmes sobre os temas a serem trabalhados.

Lisiane sugeriu um quiz sobre temas como sustentabilidade, para medir o nível de conhecimento das pessoas sobre o tema, com a Comissão trabalhando posteriormente orientações sobre as coisas que as pessoas mais erraram.

Dr. Fernando disse que está insatisfeito com os resultados da coleta seletiva e por isso está pensando em uma ação mais drástica. Sugeriu um ranking por andares e/ou setores para que se estabeleça uma forma de mensurar como está sendo feita a coleta e de engajar os gestores.

Logotipo PLS

Lisiane explicou que existem diversos documentos do PLS no site, mas cada um com formato diferente, e que os outros tribunais têm um padrão de logotipo. Aproveitando a presença da Tatiana à reunião, solicitou a criação de um logotipo padrão para a Comissão também.

Tatiana explicou que este ano o Secom vai definir a identidade visual do Tribunal dentro da construção de um Plano de Comunicação que está em elaboração, e por isso precisaria de um tempo para responder. Ficou acertado, então, que Lisiane vai passar a solicitação para o Secom.

Trabalho na Comissão

Terminada a pauta com Secom e EJM, Tatiana e Luanda se retiraram da reunião.

Comissão aprovou a gravação de áudio de todas as reuniões, para fins de tornar mais fácil a construção da ata.

Por estar em vias de se aposentar, Cláudio propôs repassar parte de seu trabalho aos poucos para os demais membros da Comissão e para um novo secretário.

Dr. Fernando Armando sugeriu uma redefinição dos papéis de cada um para descentralizar tarefas e não sobrecarregar os membros.

Foi definido, então, que o secretário fica com as questões administrativas da comissão;

Esperança fica com a ata, a construção da pauta das reuniões (a ser passada ao secretário para consolidar) e a revisão de edição de planilhas e documentos;

Lisiane fica com preenchimento e controle de planilhas;

A construção e atualização de documentos fica dividido da seguinte forma:

Guia de Compras Sustentáveis com Mônica e Max;

PLS e Plano de Ação com Lisiane;

Relatório anual com Nara;

Cláudio e Nara acompanham todos;

Ao final, Esperança revisa a edição e todos os membros da Comissão aprovam o conteúdo.

Esperança solicitou que, quando haja necessidade de revisão de documentos da Comissão, sejam a ela encaminhados com, no mínimo, cinco dias úteis para a execução do trabalho.

Cláudio segue com responsabilidade de ver e-mails, SEI, ata, até a eleição de um novo secretário*.

Guia de Contratações Sustentáveis

A reunião seguiu abordando a pauta sobre a construção do Guia de Contratações Sustentáveis.

Lisiane informou que ela, Mônica, Max e a servidora terceirizada Michelly, do Escritório de Projetos, se reuniram para ler a resolução que fala sobre compras sustentáveis e que diz, ao final, que é preciso ter um guia, ainda que seguindo o modelo de outro tribunal.

Lisiane e Michelly encontraram o guia da AGU, considerado muito extenso e de difícil entendimento, e preferiram trabalhar tendo como base o guia do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, mais objetivo. Adaptaram, então, um modelo para o TJMMG que será alinhado com a Mônica para definir como pode ser o fluxo no setor de Compras e, na sequência, passar pela aprovação da Comissão e pelo setor de Licitação do Tribunal.

Lisiane informou que foi solicitado um treinamento sobre o tema e Esperança sugeriu que, quando o guia for consolidado, ele também seja adaptado para um formato de manual mais didático.

Lisiane antecipou que há necessidade de se criar um fluxo em que, a cada solicitação de compras, a Comissão seja acionada para identificar com que indicador do PLS ela está relacionada. Foi sugerido que Mônica e Max fiquem responsáveis por essa avaliação, já que naturalmente atuam com fluxos de compra e terão mais facilidade de acompanhar os processos.

Lisiane também disse que o TJSC tem uma regulamentação sobre o descarte de lixo, porém esse é mais complexo de se adotar porque há muitas resoluções sobre o tema (do Conama, Anvisa, Feam, etc.) e diz que não há como atender a todos se não houver uma equipe especialista com formação na área.

Esperança registrou que fez contato com o BH Recicla para tratar do descarte de resíduos eletrônicos conforme sugerido na reunião anterior, mas Lisiane disse que, em conversa com Rose, diretora executiva de Informática, descobriu que esse descarte não pode ser feito de outra forma que não por licitação de bem inservível, e que colocou no Plano de Ação para a diretoria executiva de Informática definir esse procedimento.

Nara ficou responsável por ver junto ao secretário especial da presidência quantos servidores e de quais áreas demandantes de compra receberão capacitação para a execução das compras sustentáveis.

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada e agendado o próximo encontro para o dia 6 de fevereiro.

A presente ata foi redigida por Ivana Esperança de Castro Barros, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão, e demais membros.

***Após a reunião, em deliberação virtual dos membros, foi definido que Max será o novo secretário.**

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO**, **Desembargador Civil do TJMMG**, em 22/03/2023, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjmmg.jus.br/servicos informando o código verificador **0259882** e o código CRC **70B0282C**.

22.0.000000740-8 0259882v30

Rua Tomaz Gonzaga - Bairro Lourdes
CEP 30310-140 - Belo Horizonte - MG